

ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO PENAL

Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro 7

Decreto-Lei nº 48/95, de 15 de março 11

Lei nº 59/2007, de 4 de setembro 19

LIVRO I Parte geral 43

TÍTULO I Da lei criminal 43

CAPÍTULO ÚNICO Princípios gerais 43

TÍTULO II Do facto 45

CAPÍTULO I Pressupostos da punição 45

CAPÍTULO II Formas do crime 49

CAPÍTULO III Causas que excluem a ilicitude e a culpa 50

TÍTULO III Das consequências jurídicas do facto 52

CAPÍTULO I Disposição preliminar 52

CAPÍTULO II Penas 53

SECÇÃO I Penas de prisão, de multa e de proibição do exercício
de profissão, função ou atividade 53

SECÇÃO II Suspensão da execução da pena de prisão 56

SECÇÃO III Prestação de trabalho a favor da comunidade
e admoestação 59

SECÇÃO IV Liberdade condicional 61

CAPÍTULO III Penas acessórias e efeitos das penas 62

CAPÍTULO IV Escolha e medida da pena 65

SECÇÃO I Regras gerais 65

SECÇÃO II Reincidência 67

SECÇÃO III Punição do concurso de crimes e do crime continuado 68

SECÇÃO IV Desconto 68

CAPÍTULO V Pena relativamente indeterminada 69

SECÇÃO I Delinquentes por tendência 69

SECÇÃO II Alcoólicos e equiparados 70

SECÇÃO III Disposições comuns	71
CAPÍTULO VI Pessoas colectivas	71
CAPÍTULO VII Medidas de segurança	75
SECÇÃO I Internamento de inimputáveis	75
SECÇÃO II Suspensão da execução do internamento	76
SECÇÃO III Execução da pena e da medida de segurança privativas da liberdade	77
SECÇÃO IV Medidas de segurança não privativas da liberdade	78
CAPÍTULO VIII Internamento de imputáveis portadores de anomalia psíquica	80
CAPÍTULO IX Perda de instrumentos, produtos e vantagens	81
TÍTULO IV Queixa e acusação particular	83
TÍTULO V Extinção da responsabilidade criminal	85
CAPÍTULO I Prescrição do procedimento criminal	85
CAPÍTULO II Prescrição das penas e das medidas de segurança	87
CAPÍTULO III Outras causas de extinção	88
TÍTULO VI Indemnização de perdas e danos por crime	88
LIVRO II parte especial	91
TÍTULO I Dos crimes contra as pessoas	91
CAPÍTULO I Dos crimes contra a vida	91
CAPÍTULO II Dos crimes contra a vida intra-uterina	93
CAPÍTULO III Dos crimes contra integridade física	95
CAPÍTULO IV Dos crimes contra a liberdade pessoal	100
CAPÍTULO V Dos crimes contra liberdade e autodeterminação sexual	104
SECÇÃO I Crimes contra a liberdade sexual	104
SECÇÃO II Crimes contra a autodeterminação sexual	106
SECÇÃO III Disposições comuns	109
CAPÍTULO VI Dos crimes contra a honra	110
CAPÍTULO VII Dos crimes contra a reserva da vida privada	112
CAPÍTULO VIII Dos crimes contra outros bens jurídicos pessoais	114
TÍTULO II Dos crimes contra o património	115
CAPÍTULO I Disposição preliminar	115
CAPÍTULO II Dos crimes contra a propriedade	116
CAPÍTULO III Dos crimes contra o património em geral	120
CAPÍTULO IV Dos crimes contra direitos patrimoniais	124
CAPÍTULO V Dos crimes contra o sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do agente	126
TÍTULO III Dos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	127
TÍTULO IV Dos crimes contra a vida em sociedade	129
CAPÍTULO I Dos crimes contra a família, os sentimentos religiosos e o respeito devido aos mortos	129

SECÇÃO I	Dos crimes contra a família	129
SECÇÃO II	Dos crimes contra sentimentos religiosos	130
SECÇÃO III	Dos crimes contra o respeito devido aos mortos	131
CAPÍTULO II	Dos crimes de falsificação	131
SECÇÃO I	Disposição preliminar	131
SECÇÃO II	Falsificação de documentos	132
SECÇÃO III	Falsificação de moeda, título de crédito e valor selado	134
SECÇÃO IV	Falsificação de cunhos, pesos e o objectos análogos	136
SECÇÃO V	Disposição comum	137
CAPÍTULO III	Dos crimes de perigo comum	137
CAPÍTULO IV	Dos crimes contra a segurança das comunicações	145
CAPÍTULO V	Dos crimes contra a ordem e tranquilidade públicas	148
SECÇÃO I	Dos crimes de anti-socialidade perigosa	148
SECÇÃO II	Dos crimes contra a paz pública	148
SECÇÃO III	Dos crimes contra sinais de identificação	150
TÍTULO V	Dos crimes contra o Estado	151
CAPÍTULO I	Dos crimes contra a segurança do Estado	151
SECÇÃO I	Dos crimes contra a soberania nacional	151
SUBSECÇÃO I	Dos crimes contra a independência e a integridade nacionais	151
SUBSECÇÃO II	Dos crimes contra estados estrangeiros e organizações internacionais	153
SECÇÃO II	Dos crimes contra a realização do estado de direito	154
SECÇÃO III	Dos crimes eleitorais	157
SECÇÃO IV	Disposições comuns	159
CAPÍTULO II	Dos crimes contra a autoridade pública	159
SECÇÃO I	Da resistência, desobediência e falsas declarações à autoridade pública	159
SECÇÃO II	Da tirada e evasão de presos e do não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal	160
SECÇÃO III	Da violação de providências públicas	161
SECÇÃO IV	Usurpação de funções	162
CAPÍTULO III	Dos crimes contra a realização da justiça	162
CAPÍTULO IV	Dos crimes cometidos no exercício de funções públicas	167
SECÇÃO I	Da corrupção	167
SECÇÃO II	Do peculato	168
SECÇÃO III	Do abuso de autoridade	170
SECÇÃO IV	Da violação de segredo	171
SECÇÃO V	Do abandono de funções	172
SECÇÃO VI	Disposição geral	172
TÍTULO VI	Dos crimes contra animais de companhia	173

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO

Decreto-Lei nº 454/91, de 28 de dezembro	175
Decreto-Lei nº 316/97 de 19 de novembro	179
Lei nº 48/2005, de 29 de agosto	183
CAPÍTULO I Das restrições ao uso de cheque	185
CAPÍTULO II Obrigatoriedade de pagamento	188
CAPÍTULO III Regime penal do cheque	189
CAPÍTULO IV Contra-ordenações	191
CAPÍTULO V Disposições finais	192

REGIME PENAL ESPECIAL PARA JOVENS

Decreto-Lei nº 401/82, de 23 de setembro	193
--	-----

REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES

Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro	199
---	-----

I PARTE Da contra-ordenação e da coima em geral

CAPÍTULO I Âmbito de vigência	203
CAPÍTULO II Da contra-ordenação	204
CAPÍTULO III Da coima e das sanções acessórias	206
CAPÍTULO IV Prescrição	208
CAPÍTULO V Do direito subsidiário	210

II PARTE Do processo de contra-ordenação

CAPÍTULO I Da competência	210
CAPÍTULO II Princípios e disposições gerais	212
CAPÍTULO III Da aplicação da coima pelas autoridades administrativas	213
CAPÍTULO IV Recurso e processo judiciais	216
CAPÍTULO V Processo de contra-ordenação e processo criminal	220
CAPÍTULO VI Decisão definitiva, caso julgado e revisão	221
CAPÍTULO VII Processos especiais	222
CAPÍTULO VIII Da execução	222
CAPÍTULO IX Das custas	224
CAPÍTULO X Disposição final	225

INFRAÇÕES ANTIECONÓMICAS E CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Decreto-Lei nº 28/84, de 20 de janeiro	227
CAPÍTULO I Princípios gerais	233

CAPÍTULO II Dos crimes contra a economia e contra a saúde pública	233
SECÇÃO I Princípios gerais	233
SECÇÃO II Dos crimes em especial	239
SUBSECÇÃO I Crimes contra a saúde pública	239
SUBSECÇÃO II Crimes contra a economia	239
SECÇÃO III Do processo	247
CAPÍTULO III Das contra-ordenações	250
SECÇÃO I Princípios gerais	250
SECÇÃO II Das contra-ordenações em especial	251
SECÇÃO III Do processo	255
CAPÍTULO IV Definições e classificações	258
CAPÍTULO V Disposições finais	260
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
Lei nº 15/2001, de 5 de junho	263
PARTE I Princípios gerais	267
CAPÍTULO I Disposições comuns	267
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	271
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	275
PARTE II Do processo	279
CAPÍTULO I Processo penal tributário	279
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	284
SECÇÃO I Disposições gerais	284
SECÇÃO II Processo de aplicação das coimas	289
SUBSECÇÃO I Da fase administrativa	289
SUBSECÇÃO II Da fase judicial	293
PARTE III Das infracções tributárias em especial	294
TÍTULO I Crimes tributários	294
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	294
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	296
CAPÍTULO III Crimes fiscais	300
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	302
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	303
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	303
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	308
CRIMES DA RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS	
Lei nº 34/87, de 16 de julho	317
CAPÍTULO I Dos crimes de responsabilidade de titular de cargo político em geral	317

CAPÍTULO II Dos crimes de responsabilidade de titular de cargo político em especial	319
CAPÍTULO III Dos efeitos das penas	325
CAPÍTULO IV Regras especiais de processo	326
CAPÍTULO V Da responsabilidade civil emergente de crime de responsabilidade de titular de cargo político	328
CAPÍTULO VI Disposição final	329
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR COMPORTAMENTOS ANTIDESPATIVOS	
Lei nº 50/2007, de 31 de agosto	331
CAPÍTULO I Disposições gerais	331
CAPÍTULO II Crimes	333
CAPÍTULO III Disposições finais	336
TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS	
Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro	337
CAPÍTULO I Disposições gerais	337
CAPÍTULO II Autorizações, fiscalização e prescrições médicas	338
CAPÍTULO III Tráfico, branqueamento e outras infracções	344
CAPÍTULO IV Consumo e tratamento	351
CAPÍTULO V Legislação subsidiária	353
CAPÍTULO VI Regras especiais	356
CAPÍTULO VII Contra-ordenações e coimas	358
CAPÍTULO VIII Disposições finais	359
Tabelas das plantas, substâncias e preparações sujeitas a controlo	361
TOXICODEPENDÊNCIA – PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO E EXAMES PERICIAIS	
Portaria nº 94/96, de 26 de março	375
I Disposição geral	375
II Procedimentos de diagnóstico e exames periciais	376
III Intervenção dos serviços médico-legais, dos serviços de saúde especializados e de médicos na realização de perícias e de exames médicos e no tratamento de toxicodependentes	377
IV Limites quantitativos máximos para cada dose média individual diária das plantas, substâncias ou preparações de consumo mais frequente e intervenção de entidades especializadas na realização do respectivo exame laboratorial	378
V Disposição final	379

REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS Lei nº 30/2000, de 29 de novembro	381
MEDIDAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO E CRIMINALIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA Lei nº 36/94, de 29 de setembro	391
MEDIDAS DE COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA E ECONÓMICO-FINANCEIRA Lei nº 5/2002, de 11 de janeiro	395
CAPÍTULO I	395
CAPÍTULO II Segredo profissional	396
CAPÍTULO III Outros meios de produção de prova	398
CAPÍTULO IV Perda de bens a favor do Estado	399
SECÇÃO I Perda alargada	399
SECÇÃO II Perda de instrumentos	401
CAPÍTULO V Regime sancionatório	401
CAPÍTULO VI Disposições finais	402
REGIME PENAL DE CORRUPÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NO SETOR PRIVADO Lei nº 20/2008, de 21 de abril	403
CAPÍTULO I Disposições gerais	403
CAPÍTULO II Crimes	405
CAPÍTULO III Disposições finais	406
MEDIDAS DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO Lei nº 83/2017, de 18 de agosto	407
CAPÍTULO I Disposições gerais	407
SECÇÃO I Objeto e definições	407
SECÇÃO II Âmbito de aplicação	414
CAPÍTULO II Avaliação nacional de risco	419
CAPÍTULO III Limites à utilização de numerário	422
CAPÍTULO IV Deveres gerais	422
SECÇÃO I Disposição geral	422
SECÇÃO II Dever de controlo	423
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	423
SUBSECÇÃO II Disposições específicas	425

SUBSECÇÃO III Políticas de grupo	434
SECÇÃO III Dever de identificação e diligência	436
SUBSECÇÃO I Identificação e diligência normal	436
DIVISÃO I Disposições gerais	436
DIVISÃO II Beneficiários efetivos	440
SUBSECÇÃO II Medidas simplificadas	444
SUBSECÇÃO III Medidas reforçadas	446
SUBSECÇÃO IV Obrigação de atualização	449
SUBSECÇÃO V Execução por terceiros	450
SECÇÃO IV Dever de comunicação	452
SUBSECÇÃO I Comunicação de operações suspeitas	452
SUBSECÇÃO II Outras comunicações	453
SECÇÃO V Dever de abstenção e decisões de suspensão	454
SECÇÃO VI Outros deveres	456
SECÇÃO VII Proteção e tratamento de dados pelas entidades obrigadas	464
CAPÍTULO V Deveres específicos das entidades financeiras	466
SECÇÃO I Disposições gerais	466
SECÇÃO II Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo	468
SECÇÃO III Dever específico de identificação e diligência	468
SUBSECÇÃO I Contratos de seguros de vida	468
SUBSECÇÃO II Relações de correspondência	470
SECÇÃO IV Atividade em Portugal de entidades financeiras com sede no exterior	472
CAPÍTULO VI Deveres específicos das entidades não financeiras	473
SECÇÃO I Disposições gerais	473
SECÇÃO II Disposições específicas	474
SUBSECÇÃO I Jogos	474
SUBSECÇÃO II Profissões jurídicas	475
SUBSECÇÃO III Dissuasão da prática de atividade ilegal	476
CAPÍTULO VII Autoridades competentes	476
SECÇÃO I Autoridades competentes	476
SUBSECÇÃO I Autoridades judiciais e policiais	476
SUBSECÇÃO II Unidade de Informação Financeira	477
SUBSECÇÃO III Autoridades setoriais	478
DIVISÃO I Setor financeiro	478
DIVISÃO II Setor não financeiro	480
DIVISÃO III Comunicação de atividades imobiliárias	482
DIVISÃO IV Entidades equiparadas a entidades obrigadas	482
SECÇÃO II Poderes das autoridades setoriais	482

SECÇÃO III Deveres das autoridades setoriais	486
SECÇÃO IV Supervisão das instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica com sede noutro Estado membro da União Europeia	490
SECÇÃO V Denúncia de irregularidades	491
SECÇÃO VI Autorizações e avaliação da competência e idoneidade de órgãos sociais	492
CAPÍTULO VIII Informação e dados estatísticos	495
SECÇÃO I Informação	495
SECÇÃO II Recolha, manutenção e publicação	496
CAPÍTULO IX Cooperação	499
SECÇÃO I Cooperação nacional	499
SECÇÃO II Cooperação internacional	504
SUBSECÇÃO I Cooperação entre autoridades setoriais	504
DIVISÃO I Disposições gerais	504
DIVISÃO I Cooperação entre autoridades de supervisão do setor financeiro	508
SUBSECÇÃO II Cooperação entre Unidades de Informação Financeira	509
SUBSECÇÃO III Cooperação com as Autoridades Europeias de Supervisão e com o Banco Central Europeu	512
SUBSECÇÃO IV Cooperação entre a Unidade de Informação Financeira e a Comissão Europeia	512
CAPÍTULO X Entidades equiparadas a entidades obrigadas	513
SECÇÃO I Entidades gestoras de plataformas de financiamento colaborativo	513
SECÇÃO II Organizações sem fins lucrativos	513
CAPÍTULO XI Medidas de execução do Regulamento (UE) 2015/847513	
CAPÍTULO XII Regime sancionatório	518
SECÇÃO I Ilícitos criminais	518
SECÇÃO II Ilícitos contraordenacionais	519
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	519
SUBSECÇÃO II Ilícitos em especial	522
SUBSECÇÃO III Disposições processuais	533
SUBSECÇÃO IV Recurso	537
SUBSECÇÃO V Outras disposições	537
SECÇÃO III Ilícitos disciplinares	539
CAPÍTULO XIII Alterações legislativas	539
CAPÍTULO XIV Disposições transitórias e finais	540

LEI DE COMBATE AO TERRORISMO	
Lei nº 52/2003, de 22 de agosto	545
LEI PENAL RELATIVA ÀS VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	
Lei nº 31/2004, de 22 de julho	551
CAPÍTULO I Disposições gerais	551
CAPÍTULO II Crimes	553
SECÇÃO I Crime de genocídio e crimes contra a humanidade	553
SECÇÃO II Crimes de guerra	555
SECÇÃO III Crime de agressão internacional	558
SECÇÃO IV Outros crimes	559
CAPÍTULO III Disposição comum	560
REGIME JURÍDICO DAS ARMAS E SUAS MUNIÇÕES	
Lei nº 5/2006, de 23 de fevereiro	561
CAPÍTULO I Disposições gerais	561
SECÇÃO I Objeto, âmbito, definições legais e classificação das armas	561
SECÇÃO II Aquisição, detenção, uso e porte de armas	579
CAPÍTULO II Homologação, desativação, licenças para uso e porte de armas ou sua detenção e atribuição	584
SECÇÃO I Homologação, desativação, tipos de licença e atribuição	584
SECÇÃO II Cursos de formação e de atualização, exames e certificados	590
SECÇÃO III Renovação e caducidade das licenças	592
CAPÍTULO III Aquisição de armas e munições	594
SECÇÃO I Autorizações de aquisição e declarações de compra e venda ou doação de armas	594
SECÇÃO II Aquisição de munições	595
SECÇÃO III Aquisição por sucessão <i>mortis causa</i> e cedência por empréstimo	596
CAPÍTULO IV Normas de conduta de portadores de armas	598
SECÇÃO I Obrigações comuns	598
SECÇÃO II Uso de armas de fogo, elétricas e aerossóis de defesa	599
SECÇÃO III Proibição de detenção, uso e porte de arma	601
CAPÍTULO V Armeiros	602
SECÇÃO I Tipos de alvarás, sua atribuição e cassação	602
SECÇÃO II Obrigações dos armeiros, registos e mapas	605
SECÇÃO III Obrigações dos armeiros no fabrico, montagem e reparação de armas	606

CAPÍTULO VI	Carreiras e campos de tiro	607
SECÇÃO I	Prática de tiro	607
SECÇÃO II	Atribuição de alvarás, sua cedência e caça	608
CAPÍTULO VII	Exportação, importação, transferência e cartão europeu de arma de fogo	608
SECÇÃO I	Exportação e importação de armas e munições	608
SECÇÃO II	Transferência	616
SECÇÃO III	Cooperação internacional e administrativa	619
SECÇÃO IV	Cartão europeu de arma de fogo	620
CAPÍTULO VIII	Manifesto	621
SECÇÃO I	Marcação e registo	621
CAPÍTULO IX	Disposições comuns	623
CAPÍTULO X	Responsabilidade criminal e contraordenacional	627
SECÇÃO I	Responsabilidade criminal e crimes de perigo comum	627
SECÇÃO II	Penas acessórias e medidas de segurança	629
SECÇÃO III	Responsabilidade contraordenacional	632
SECÇÃO IV	Regime subsidiário e competências	635
SECÇÃO V	Apreensão de armas e caça de licenças	636
SECÇÃO VI	Operações especiais de prevenção criminal	639
CAPÍTULO XI	Disposições transitórias e finais	640
SECÇÃO I	Regime transitório	640
SECÇÃO II	Revogação e início de vigência	643
LEI DO CIBERCRIME		
Lei nº 109/2009, de 15 de setembro		645
CAPÍTULO I	Objecto e definições	645
CAPÍTULO II	Disposições penais materiais	646
CAPÍTULO III	Disposições processuais	649
CAPÍTULO IV	Cooperação internacional	654
CAPÍTULO V	Disposições finais e transitórias	658
LEI DE SAÚDE MENTAL		
Lei nº 36/98, de 24 de julho		661
CAPÍTULO I	Disposições gerais	661
CAPÍTULO II	Do internamento compulsivo	663
SECÇÃO I	Disposições gerais	663
SECÇÃO II	Dos direitos e deveres	664
SECÇÃO III	Internamento	665
SECÇÃO IV	Internamento de urgência	668
SECÇÃO V	Casos especiais	669

SECÇÃO VI Disposições comuns	670
SECÇÃO VII Da natureza e das custas do processo	671
SECÇÃO VIII Comissão de acompanhamento	672
CAPÍTULO III Disposições transitórias e finais	673
SECÇÃO I Disposições transitórias	673
SECÇÃO II Disposições finais	673
PROcriação medicamente assistida	
Lei nº 32/2006, de 26 de julho	675
CAPÍTULO I Disposições gerais	675
CAPÍTULO II Utilização de técnicas de PMA	679
CAPÍTULO III Inseminação artificial	682
CAPÍTULO IV Fertilização <i>in vitro</i>	683
CAPÍTULO V Diagnóstico genético pré-implantação	684
CAPÍTULO VI Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	685
CAPÍTULO VII Sanções	687
SECÇÃO I Responsabilidade criminal	687
SECÇÃO II Ilícito contraordenacional	689
SECÇÃO III Sanções acessórias	689
SECÇÃO IV Direito subsidiário	690
CAPÍTULO VIII Disposições finais	690
LEI DA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ	
Lei nº 16/2007, de 17 de abril	691
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ	
Portaria nº 741-A/2007, de 21 de junho	695
CAPÍTULO I Disposições gerais	695
CAPÍTULO II Estabelecimentos de saúde oficiais	698
CAPÍTULO III Estabelecimentos de saúde oficialmente reconhecidos	698
CAPÍTULO IV Interrupção da gravidez por opção da mulher	699
CAPÍTULO V Interrupção da gravidez por grave doença ou malformação congénita do feto ou fetos inviáveis	701
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	701
COLHEITA E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS DE ORIGEM HUMANA	
Lei nº 12/93, de 22 de abril	721
CAPÍTULO I Disposições gerais	721

CAPÍTULO II Da colheita em vida	723
CAPÍTULO III Da colheita em cadáveres	724
CAPÍTULO IV Disposições complementares	726
PRINCÍPIOS DA VERIFICAÇÃO DA MORTE	
Lei nº 141/99, de 28 de agosto	727
REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE COLHEITA DE TECIDOS OU ÓRGÃOS PARA TRANSPLANTE	
Portaria nº 31/2002, de 8 de janeiro	729